

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 5 / 28 DE JUNHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

## Trabalhadores rurais do Alentejo em luta

Este apelo foi distribuído em 60 aldeias do Baixo Alentejo, a 15 de Junho de 1974, pelos trabalhadores em luta.

Os trabalhadores rurais do Alentejo conscientes de que:

1 — A miséria no Alentejo já havia antes do fascismo de Salazar e Caetano.

2 — A miséria no Alentejo não é miséria para todos mas sim a miséria

ria para os trabalhadores e a fortuna para os patrões.

3 — Os verdadeiros e mais directos inimigos dos trabalhadores rurais alentejanos não era a Pide mas sim os lavradores cheios de fortunas.

4 — A Pide está presa mas os lavradores continuam à solta, continuam a pagar salários de miséria,

continuam a não dar trabalho a quem precisa, continuam com milhares de contos nos bancos (dinheiro que é suor dos trabalhadores). Onde estão os Pides deveriam estar também os latifundiários exploradores.

5 — O princípio de:

**A TERRA PARA QUEM A TRABALHA** não é, para os trabalhadores, uma palavra oca mas uma tarefa urgente a conquistar pelos trabalhadores unidos.

6 — A reforma agrária não é fazer decretos em gabinetes sem ouvir os que realmente trabalham a terra.

7 — A reforma agrária deve ser conduzida pelos trabalhadores organizados em comités ou soviets de **trabalhadores rurais** que dirão ao Governo o destino dos campos.

8 — É urgente o regresso dos emigrantes e soldados para virem trabalhar livremente as terras coutadas e sem nada produzirem.

Conscientes de tudo isto os trabalhadores rurais do Alentejo fizeram reuniões nos seus sindicatos (antigas «casas do Povo») para fazerem frente às manobras canalhas dos patrões que na passada semana despediram o pessoal da ceifa e da monda do cártamo por estes terem pedido aumento das jornas.

### TODOS TÊM DIREITO AO TRABALHO

Para os patrões era muito fácil manter os tractoristas e despedir o resto do pessoal. Desde que as ceifeiras-debulhadoras colhessem a ceara eles

Continua pág. 5

## NATO: aparelho militar ao serviço do imperialismo

Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo português esteve presente em Otava na conferência ministerial da NATO.

No discurso que pronunciou perante os representantes do imperialismo, Soares começou por saudar o presidente de tal organismo de agressão, dizendo: «Senhor Presidente: Permita-me, antes de mais, que lhe dirija os meus agradecimentos pelas saudações com que quis receber-me nesta ocasião em que, pela primeira vez, tomo parte numa reunião ministerial do Conselho. Para si, personalidade eminente, de projecção que há muito transcendeu as fronteiras do seu país, vão as minhas homenagens muito sinceras». Mas não contente com o elogio ao Presidente, Soares adiantou-se e elogiou a própria NATO, nos seguintes termos: «...está aqui representado um Portugal inteiramente integrado no respeito dos altos valores que são o fundamento da nossa aliança, lapidariamente inscritos no preâmbulo do tratado: liberdade dos povos, princípios da democracia, garantias individuais e reino do direito — valores que constituem a herança comum na nossa civilização».

Quanto ao problema colonial, de que a NATO foi e continua a ser um dos principais pilares, o ministro Mário Soares adiantou: «Herdámos da situação política anterior um estado de guerra que se prossegue, sem solução militar, nos territórios africanos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique há mais de uma década. Esse

estado de guerra resultou fundamentalmente da incapacidade dos governos de Salazar e de Caetano em compreender o poderoso movimento anti-colonial que caracteriza um dos aspectos mais salientes da evolução do mundo, a partir sobretudo dos anos sessenta, recusando-se sempre a encarar qualquer solução compatível com as novas realidades mundiais.»

Para que não houvesse equívocos quanto à continuação de Portugal na NATO, Soares afirmou: «A nossa permanência na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a nossa fidelidade às alianças tradicionais de Portugal, têm sido reiteradamente expressas pelas altas autoridades do meu País, e eu mesmo já tive ocasião de afirmá-las várias vezes e em diferentes locais, o que aqui solenemente reitero agora. Espero assim ir ao encontro de quaisquer dúvidas que pudessem ter surgido, por carência de informações, no início do processo histórico da democratização de Portugal.»

Quem ler na íntegra o discurso de Mário Soares há-de notar que **nem uma só palavra foi dita de repúdio aos objectivos e actividades criminosas da NATO**. Soares criticou a política sanguinária do regime fascista de Salazar e Caetano, mas não disse uma só palavra sobre a «ajuda» não menos sanguinária da NATO a esse mesmo regime.

Quando estava no exílio, Soares não se cansava de gritar que a NATO — com o fornecimento de material

(continua na pág. 2)

### EDITORIAL

## LEI DE IMPRENSA

Após dois meses de liberdade estamos em condições de analisar em que medida é que a temos tido, para o que tem servido e qual vai ser a sua evolução.

A seguir ao 25 de Abril passámos por momentos em que poderíamos considerar Portugal como um dos países mais livres do mundo, não só pelo que se escrevia, mas pelos fenómenos de livre expressão ao nível dos locais de trabalho — fábricas, hospitais, televisão, oficinas de tipografia e outros serviços. E aí, onde houve livre expressão, os trabalhadores foram criadores e assistimos sob os nossos olhos à aprendizagem da democracia, não no sentido burguês do parlamentarismo e da retórica, mas no sentido da organização e decisão colectivas.

Mas a pouco e pouco começaram a apertar-se as malhas. Atentados à liberdade e à organização dos trabalhadores, não só levados a cabo pelas instituições, como apoiados ideologicamente pelos partidos reformistas, esquecidos já dos tempos em que foram revolucionários e esquecidos também da sua história de resistência ao fascismo.

Por fim veio a lei de Imprensa. Consideramo-la um atentado à liberdade de expressão. Liberdade de expressão que entendemos deve ser defendida como garantia do direito de cada um e de todos a expressar a sua opinião. Garantia de que o debate de ideias não se faz com liberdade para alguns e com ameaças sobre a cabeça dos outros. Garantia de que a análise feita aos actos governamentais expressa a verdade inteira e não a «verdade» consentida.

A lei de Imprensa, texto vago e amplo onde caberão os designios de quem os usar, fala de «ofensas» ao Presidente da República, aos membros do Conselho de Estado e do Governo. Perguntamos o que serão as «ofensas»? Quem pode exactamente explicar? E quem pode negar que se podem interpretar como tal tudo quanto forem críticas a essas instituições?

Por outro lado considera-se infracção o incitamento à greve, à paralisação do trabalho ou a manifestações não autorizadas pela legislação em vigor. A que ponto chegamos que já é proibido por lei apoiar os trabalhadores numa das suas armas mais importantes!

Por outro lado, proibindo o incitamento à desobediência militar e impedindo-se as referências a operações militares cuja divulgação não tenha sido autorizada, põe-se um enorme e escandaloso veto sobre o assunto mais importante e mais terrível para o povo português e para os povos das colónias — a guerra.

Assinado por todos os ministros (para nós portanto significa por todos os partidos que estão no Governo Provisório) este documento fala em «evitar perturbações na opinião pública» e em «impedir a condução do país a um clima de anarquia, através do incitamento à desordem e à violência».

Em que data estamos?

Que linguagem é esta senão a dos tempos do fascismo?

Com o papão da anarquia e da violência tudo quanto se queira será incitamento à desordem. Tudo quanto queira quem manda.

Já esquecemos os homens que fizeram o 25 de Abril a sua desobediência, a sua desordem, a sua violência, porque ela foi necessária?

Já esqueceram aqueles que se dizem comunistas que a violência foi defendida e organizada por Marx e por Lenine e por outros revo-

Continua pág. 2



ORGANIZEMOS A LUTA CONTRA A NOVA CENSURA



## Revolução

### EDITORIAL

(continuação da pág. 1)

lucionários? Que obviamente incitaram ao seu uso por todos os meios que tinham — livros, jornais, discursos? Esqueceram-se aqueles que se dizem comunistas que a Revolução de Outubro, como todas as revoluções socialistas do mundo foram violentas? Violência ao serviço dos trabalhadores; como foi violenta a intervenção das Forças Armadas ao serviço da liberdade.

Estamos a assistir a um voltar da página da história. A um delimitar de campos — os que ficam contra os trabalhadores, usando toda a linguagem do passado, os que ficam com os trabalhadores, apoiando-os na sua luta.

Ninguém tem o exclusivo de resistência ao fascismo. Nós resistimos, significando para alguns de nós o risco da vida. E resistimos também no que respeita à lei de imprensa fascista. Estamos dispostos a continuar a resistir por todos os meios. Mas não somos nós a escolher, será o novo poder quem decidirá em última análise em que campo é que nos situamos. Na certeza de que não desistimos dos nossos objectivos.

## NATO: APARELHO MILITAR AO SERVIÇO DO IMPERIALISMO

Continuação pág. 11

bélico a Portugal — era o principal sustentáculo no prosseguimento da guerra colonial. Quando estava no exílio, Soares não se fartava de gritar aos quatro ventos: «Portugal fora da NATO». Agora Soares tem que criticar os seus predecessores mas há que não tocar na NATO, pois como ministro ao serviço do neocolonialismo e do imperialismo Soares continua a ser coerente com a continuação de Portugal nesse bloco militar.

Em fins de 1972 Mário Soares fez uma visita à Holanda, e numa das publicações dos seus amigos social-democratas holandeses os propagandistas de Soares escreviam: «...Os partidários de Mário Soares não acreditam na violência que só poderá trazer mais miséria. O que lhes interessa é selar um compromisso com os Americanos, a fim de acabar com a guerra em África e reconstruir a economia de Portugal.»

É assim a social-democracia. Uns pensam que para o desenvolvimento do capitalismo num determinado país e num determinado momento histórico é necessário recorrer a um regime fascista, que atinge sempre as formas mais violentas de opressão e de exploração dos trabalhadores; mas quando o regime fascista atinge as formas mais arcaicas e um alto estado de putrefacção, é necessário recorrer a outras formas, não menos violentas, mas mais subtis, de opressão e de exploração para continuar a desen-

volver esse mesmo capitalismo — é essa a tarefa da social-democracia.

Não é por acaso que o governo fascista de Salazar se integrou na aliança imperialista que é a NATO. A situação geográfica de Portugal é de primordial importância para a NATO, pois lhe permite controlar toda uma grande extensão do Atlântico-Sul. Foi a 5 de Abril de 1949 que Portugal aderiu a esse organismo de agressão, tendo colocado à sua disposição em 1956 os aeródromos militares de Espinho e Montijo; os americanos apoderaram-se da base das Lajes, nos Açores; os franceses obtiveram em 1970 uma base na ilha das Flores, também nos Açores e os alemães estão na base de Beja. Por outro lado, a presença de Portugal na NATO permite aos criminosos colonialistas portugueses que recebam o «auxílio» para continuarem a agressão aos povos africanos e contra o próprio povo português.

A NATO sempre jogou um papel importantíssimo no campo da guerra colonial. Portugal não possuía — e não possui — condições para enfrentar uma guerra em três frentes apoiando-se somente nos seus próprios recursos. A «ajuda» dos países ocidentais quer a nível bilateral, quer a nível da NATO, foi o principal sustentáculo no prosseguimento da criminosa guerra colonial e, por conseguinte, esta «ajuda» foi um dos principais obstáculos à libertação dos

povos das colónias. Mas para «recompensar» os seus parceiros, Portugal foi-lhes concedendo facilidades que permitiram a implantação de empresas estrangeiras quer em Portugal quer nas colónias. Assim o capital estrangeiro veio a aproveitar-se e a contribuir para a sobre-exploração dos trabalhadores portugueses e das colónias. Estes factos, por sua vez, colocaram Portugal na dependência do imperialismo mundial e principalmente das seguintes potências estrangeiras: E. U. A., R. F. A., Inglaterra, França e Japão.

Já em 1963 o general Lemnitzer, comandante-chefe das forças da NATO, declarava: «Os soldados portugueses (em África) defendem um território, matérias-primas e as bases

que não são somente indispensáveis à defesa da Europa, mas também ao conjunto do mundo ocidental.» Esta linguagem é clara, e significa que os soldados portugueses continuam em África a defender os interesses imperialistas na pilhagem das riquezas dos países africanos.

Resta-nos perguntar uma coisa: antigamente com o Rui Patrício e agora com o Mário Soares mudou alguma coisa, além das simples caras, no contexto da presença de Portugal na NATO?

A luta contra a presença de Portugal na NATO é uma luta anti-imperialista, inseparável da luta pela revolução socialista no nosso País.

PORTUGAL FORA DA NATO.



Armas da NATO a favor da "paz e da segurança" dos capitalistas

## ESCLARECIMENTO

Recebemos da Comissão dos Trabalhadores da C.M. do Barreiro e dos seus Serviços Municipalizados o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da Câmara Municipal do Barreiro e seus Serviços Municipalizados, tendo tomado conhecimento da notícia publicada pelo jornal a «REVOLUÇÃO», no seu número 1, de 1 do corrente mês de Junho, vêm por este meio rectificar tal notícia na parte em que se diz que cerca de 100 trabalhadores teriam entrado em greve no dia 17 de Maio último.

Na verdade, não houve até agora entre os Trabalhadores Municipais qualquer suspensão grevista do trabalho, uma vez que, todos estamos inteiramente identificados com o Movimento das Forças Armadas e decididos a não criar problemas ao Governo Provisório no qual depositamos as esperanças de que nos seja feita, urgentemente, inteira justiça.

Barreiro, 11 de Junho de 1974.

«A Comissão dos Trabalhadores»  
(seguem-se seis assinaturas)

«Em virtude de ter saído com inexactidão a notícia a que se refere o presente comunicado, agradecemos a sua publicação.

A COMISSÃO DOS TRABALHADORES — Câmara Municipal do Barreiro.»

Esclarecemos os nossos leitores de que a notícia em questão se baseou em informações dos jornais diários, sem que tivéssemos dado por emenda a esses mesmos jornais. Na realidade apurámos que não houve suspensão grevista no Barreiro, mas sim uma paragem de cerca de 2 horas, destinada a que os trabalhadores assistissem à sua assembleia.

## LUSO-BELGA

Por absoluta falta de espaço, só no próximo número publicaremos uma carta que nos foi enviada pela Administração da empresa Luso-Belga.

## PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

«No jornal «Revolução» cada parágrafo tem a força duma rajada de metralhadora.

Pode a... revisionista desviar levemente a trajectória das nossas balas... mas jamais nos tirará os dedos dos gatilhos.

Continuem!»

«O colonialismo não tem origem na ditadura fascista. É preciso esclarecer as vanguardas operárias de que as guerras de opressão, as guerras injustas, as guerras coloniais ou as suas novas formas (a violência neocolonialista da exploração económica) não são um produto exclusivo do fascismo. São uma necessidade do modo da produção capitalista que continuará a vigorar em Portugal após a revolução democrática burguesa.

Quem são realmente os «portugueses brancos» que «legitimamente»(!) adquiriram os seus haveres? São os sectores da pequena e média burgue-

sia que cravaram uma seta de fogo ainda há pouco tempo no seio dos liberais: o congresso dos combatentes no Porto o ano passado. São de facto esquadrões nazis prontos para a acção violenta. São todos aqueles que têm na venda o cheiro a palhotas queimadas com as suas próprias mãos, são os lacaios mais directos da pida no mato, nas sanzalas e tabancas.

Quem os conhece não os esquece nem os confunde com os «honestos portugueses que em terras de África deram o seu suor e cimentaram laços familiares».

Em 25 de Abril o Centro continua, somente um pouco desviado para a esquerda e hoje os gatos pardos já são menos (FPLN e quejandos tentam apanhar as migalhas do bolo e à luz do dia).

O exemplo-lição do Chile mostramos ao vivo o 2.º gume do oportunismo reformista ou revisionista. Não

acreditamos que, frente às manobras da burguesia (toda a burguesia) as tarefas do proletariado se devam reger por princípios que não sejam os do internacionalismo proletário (quanto à guerra colonial) e os do marxismo-leninismo quanto à análise da situação actual e definição das tarefas futuras.

A ditadura do proletariado é o nosso objectivo, a sociedade sem classes o nosso sonho realizável.

As tarefas imediatas da acção anti-capitalista não estão na ordem do dia, bem o sabemos: A tomada da terra a tomada dos instrumentos de produção.

São tarefas que não estão ainda ao alcance do proletariado, primeiro porque não está realizada a 1.ª aliança: a aliança camponeses e operários enquadrada por um partido comunista revolucionário. Segundo porque o exército, neste momento, não é o

proletariado em armas e a 2.ª aliança necessária: povos coloniais e proletariado português não está assegurada. O exército português de hoje é capaz de prosseguir a mais cruel guerra de opressão contra os povos coloniais. Acreditamos que as condições objectivas (grau de desenvolvimento das forças produtivas e concentração do proletariado) estão maduras.

Quanto às condições subjectivas permanecem muitas dúvidas.

Face ao fascismo: Pondo a hipótese duma reviravolta para o fascismo (a partir da análise da precariedade da unidade dos quadros do movimento dos capitães) a nossa posição está definida:

Manter a estrutura clandestina.

Face ao reformismo, definir uma tática para desmascarar o «debate público e franco» a orientar pelo Governo Provisório sobre a questão colonial.»

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE  
Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas

Impressão e Composição:

Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa

Distribuição

Distribuidora "O Século"

Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa



## A L.U.A.R.

## AO LADO DOS TRABALHADORES

Datado de Junho de 1974 recebemos o seguinte comunicado da L.U.A.R.:

Como é do conhecimento geral, forças políticas que participam no Governo Provisório, ou o apoiam, algumas das quais reclamando-se da classe operária e do socialismo, tentam explicar o surto grevista que se seguiu ao 25 de Abril, ao mesmo tempo que o desnaturam e desejam estancar, agitando dois fantasmas: o dos provocadores a soldo da reacção e o da esquerda revolucionária que faria o jogo da extrema-direita.

Segundo nós, a análise em que se baseia tal facto, amplamente divulgada pelos diversos meios de informação, é determinada no seu simplismo por três aspectos: o da colaboração de classes próprio ao reformismo; o do paternalismo implícito na afirmação de que a classe trabalhadora é tão ingénua e menor que se deixa manobrar por provocadores; e o da confissão manifesta de fraqueza dos partidos tradicionais, na medida em que admitem que os trabalhadores fugiram ao seu controlo.

## 1 — O VERDADEIRO INIMIGO

No seio da luta de classes são antagónicas e inconciliáveis as duas principais: a burguesia e a classe trabalhadora. Por este facto, não são possíveis atitudes intermédias, ou se está com uma ou se está com a outra.

Após a insurreição militar, que analisaremos noutra altura, a natureza de classe de Estado não se alterou, assim como se manteve a apropriação dos meios de produção pela burguesia e a divisão em dominantes e dominados.

Deste modo, o movimento reivindicativo desencadeado a nível nacional pela classe trabalhadora, demonstra não a fragilidade desta face à apregoada investida da reacção, mas sim a sua força, capacidade organizativa e espontaneidade combativa. Estas potencialidades, despertas e postas em prática graças à agudização das contradições provocadas pela queda parcial do fascismo, demonstram ainda o ultrapassar pelos trabalhadores das estruturas sindicais corporativas e dos focados aparelhos reformistas que já antes desempenhavam o

papel de travão agora acentuado.

Não é a luta dos trabalhadores que provocará o «caos económico». Este já existe, devido à administração e ao domínio da burguesia donde algumas camadas por razões tácticas de defesa dos interesses, ganharam agora uma patine «progressista».

Se a guerra das colónias se prolongou por todos estes anos consumindo 42% das despesas totais do Estado (15 milhões de contos em 1972), não foi por vontade dos trabalhadores. Se as remessas do milhão de emigrantes (25 570 milhões de contos), favorecem a inflação galopante, não é porque os trabalhadores tenham partido da sua terra por «espírito de aventura» como se dizia e diz. Se para além da guerra os superlucros das empresas capitalistas nacionais e estrangeiras agravam essa inflação, também não é

por culpa de quem vive da venda da sua força de trabalho.

Assim, colocando-nos na óptica da classe trabalhadora, consideramos que as suas reivindicações são justas, na medida em que as mesmas só não são suportáveis dentro da lógica do sistema capitalista que é a das classes dominantes.

Uma atitude correcta de quem defende os interesses de operários, camponeses e empregados, consiste em demonstrar que:

— Não são os aumentos de salários que provocam a inflação mas sim os factos que citámos anteriormente;

— As reivindicações dos trabalhadores poderiam ser satisfeitas na generalidade, se se retirassem às grandes

Continua pág. 6

## MENSAGEM DA FRELIMO AOS SOLDADOS PORTUGUESES

A burguesia portuguesa foi obrigada a reconhecer que era impossível ganhar a guerra através de uma solução militar. Porém, ainda não desarmou e tenta uma solução neocolonial que lhe permita perpetuar a sua dominação e exploração dos povos das colónias. Só assim se compreende que a burguesia portuguesa, representada pelo Governo Provisório e pela J.S.N., continue a manter os exércitos colonialistas em Angola, em Moçambique, na República da Guiné-Bissau e Cabo-Verde; só assim se compreende que os soldados portugueses continuem a ser enviados para África para combaterem os povos irmãos das colónias que são os aliados directos dos trabalhadores portugueses.

Todos os anticolonialistas e todos os anti-imperialistas devem lutar e desmascarar os intentos da burguesia no poder. Temos de transformar a guerra colonial dos imperialistas numa guerra revolucionária dos trabalhadores contra os seus opressores. Os soldados portugueses — operários e camponeses fardados — devem resistir a não mais serem cães-de-guarda do capitalismo. É principalmente nos quartéis que os soldados devem tomar posições firmes e de recusa a serem enviados para as colónias onde nada têm a defender e não ser os interesses dos capitalistas que são antagónicos com os interesses do proletariado português e dos trabalhadores das colónias.

Há meses que a FRELIMO publicou uma mensagem destinada aos soldados portugueses e, por continuar a ser actual, publicamo-la na íntegra:

«Esta mensagem é destinada aos soldados portugueses, àqueles soldados que vieram de longe, de muito longe, de um outro continente, invadiram a nossa terra e estão a matar o nosso povo, a queimar os nossos campos, a violar as nossas irmãs.

SOLDADO PORTUGUÊS, queremos dizer-te que o que tu estás a fazer é mal feito, é desumano, é cruel, é criminoso. Pensa bem: se nós saíssemos da nossa terra, da África e fossemos invadir a tua terra na Europa, como é que tu te sentirias? Se nós, Moçambicanos, fossemos destruir os campos que aos teus pais e tu próprio com tanto esforço e carinho cultivaram, se queimássemos as tuas casas, se pilhassemos os teus bens, se assassinássemos os teus filhos, se violássemos a tua mãe, a tua noiva e as tuas irmãs, se nos instalássemos como dono da terra — tu ficarias de braços cruzados como um poltrão? Aceitarias tu ser humilhado, batido, roubado, acorrentado, sem te revoltares? NÃO, tu não agirias assim. Tu havias de pegar em armas e lutar contra o invasor. Os teus antepassados fizeram isso quando foram invadidos pelos árabes, pelos espanhóis, pelos franceses, eles lutaram heroicamente para defenderem a sua independência, recusaram submeter-se a um poder estrangeiro. E é isso precisamente o que estamos a fazer.

SOLDADO PORTUGUÊS, tu lutas contra nós porque nunca pensaste no que estás a fazer. Foste apanhado no campo, onde tranquilamente ajudavas os teus pais a cultivarem a tua terra. Meteram-te em barcos e desembarcaram-te em Moçambique. Meteram-te uma arma na mão e disseram-te: «vai combater os terroristas». E tu foste, como um autómato, como um instrumento, sem pensares se essa guerra que te mandavam fazer era justa ou injusta, sem saberes para que lutas, contra quem lutas.

É tempo de fazeres um exame de consciência. Tu és homem como nós, tu não nasceste criminoso: são aqueles que te mandaram para a guerra que te tornam criminoso. O povo português, o teu povo, é honesto e trabalhador, não é um povo de assassinos. Nós sabemos isso. Porque então tu vens matar o nosso povo? Tudo o que queremos é viver em paz, na nossa terra africana, como donos da nossa terra. Temos esse direito. E é precisamente porque esse direito nos é negado que nós lutamos. Lutamos contra ti, soldado português, porque és tu que te opões à paz e progresso no nosso país. Se não fosses tu, se em vez de estares aqui a lutar contra nós, tu estivesses na tua terra a cultivar os teus campos, nós não teríamos de lutar, não haveria guerra

na nossa terra, poderíamos em paz construir os nossos lares, amar as nossas mulheres e os nossos filhos, desenvolver a nossa riqueza. Mas isto não será possível enquanto tu aqui estiveres, com as armas apontadas contra nós.

E para que é que tu lutas? Disseram-te que tu vinhas defender a tua Pátria mas a tua Pátria é Portugal, não Moçambique, nem Angola, nem a Guiné. Cada um destes países é uma pátria diferente da tua, com um povo diferente com costumes, tradições e história diferentes. Viste algum Moçambicano, ou Guineense, ou Angolano ameaçar a tua

verdadeira pátria que é Portugal? Não, não viste. Quem te ameaça é a PIDE, são os oficiais que te apanharam, te tiraram do teu trabalho e te trouxeram para aqui, para lutares contra o nosso povo. Eles inventaram essa mentira de que a tua pátria está ameaçada para te mobilizarem, para justificarem a guerra.

Porque de facto, a única razão que leva os dirigentes do teu país a fazerem a guerra contra nós, é que eles não querem devolver-nos as riquezas que nos foram roubadas há já muito tempo. Talvez não saibas, soldado português, mas a verdade é que Por-

Continua pág. 6

## NO BARREIRO É ASSIM!

No dia 12 de Junho, quando um grupo de pessoas colava nas paredes desta vila, um panfleto que alertava, para a censura que continua a existir neste País, mais concretamente sobre o corte da TV, da farsa que a «Comuna» representava, um grupo de simpatizantes do M. J. T. (Movimento da Juventude Trabalhadora), vinha imediatamente atrás rasgando-o.

No dia 14 de Junho às 8 horas, quando algumas pessoas pertencentes a uma associação política e cultural do Barreiro, distribuíam aos operários das oficinas da CP, um texto sobre a exploração capitalista, um simpatizante do P.C.P., em modos histéricos, tentava impedir essa mesma distribuição, argumentando que esses textos eram fascistas. Os operários após momentos de hesitação, e depois de verificarem a justeza do texto, decidiram aceitá-lo e repudiaram a acção desse seu colega «comunista».

No dia 15 de Junho, quando um grupo de simpatizantes do P.R.P., colava nas paredes panfletos sobre a prisão de Saldanha Sanches, acontecia que novamente, elementos simpatizantes do M.J.T. e do P.C.P., vinha atrás a rasgá-los.

No dia 19 de Junho à 1 hora da madrugada, foram afixados por elementos do M.J.T., três cartazes nas paredes dos CTT. Dois diziam: «Fim à greve fascista» e o outro: «A greve dos CTT é manobra da reacção».

Perto da 1.30 horas simpatizantes no Barreiro de organizações da esquerda revolucionária, resolveram pintar as paredes dos CTT, mas, por debaixo desses cartazes e com palavras de ordem justas, tais como: «A greve, é a arma mais poderosa dos trabalhadores contra o capitalismo», «Fascismo é combater as greves operárias», «Viva a revolução socialista», «Abaixo a exploração capitalista», «Viva a justa luta dos CTT», etc. Nesse momento, um destacado elemento do M.D.P., ameaçou as pessoas que pintavam, que se arrancassem os cartazes, sofreriam no dia seguinte (!!) as consequências.

Mais tarde elementos do P.C.P. e do M.D.P., falavam em deitar baldes de tinta para cima do que estava escrito!

Cerca das 8 horas e quando entravam para o serviço, os trabalhadores dos CTT, arrancaram esses cartazes reaccionários, ao mesmo tempo que lançavam improperios contra os «progressistas» atrás referidos, e mantiveram esses cartazes em seu poder, caso um dia venham a ser necessários, como provas contra esses senhores.

Perguntamos nós — Quem tem medo de tudo isto? Os trabalhadores ou as organizações que se dizem vanguarda da classe operária?

Se têm mesmo a certeza que são essa vanguarda, porque rasgam, ameaçam e batem a quem os contraria?

Quando se tem a certeza de algo, corta-se a palavra aos que dizem o contrário, ou rebate-se em termos ideológicos definidos?

Quem é que antes do 25 de Abril, rasgava panfletos e esburacava paredes pintadas? Será que temos, nessa mesma dita vanguarda, a continuação dos métodos, que condenávamos à PIDE e à Legião?

OS FACTOS RESPONDEM POR SI!

camaradas do Barreiro



## MAIS PRISÕES!

Na tarde de 25 de Junho e na manhã de 26, foram presos os aspirantes oficiais-milicianos Carlos Marvão e João Anjos. Estes dois oficiais prestam serviço no Segundo Grupo da Companhia de Administração Militar (Campo Grande) e a prisão deve-se a terem recusado, fundamentando-o politicamente, a comandar uma força para intervir na greve dos CTT. (Tirado do Comunicado dos Oficiais Milicianos do 2.º G.C.A.M.).

Está convocada uma manifestação para sexta-feira, dia 28, às 18 e 30 horas no Campo Grande junto à estátua do Carmona.

PROTESTEMOS CONTRA ESTE ACTO REPRESSIVO DA J. S. N. E DO GOVERNO PROVISÓRIO

EXIJAMOS A LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS DOIS OFICIAIS MILICIANOS







# TRABALHADORES EM LUTA

## TAP: Como foram eleitos os "representantes" dos trabalhadores

Após o 25 de Abril os trabalhadores da TAP exigiram a demissão da Administração. Perante esta atitude dos trabalhadores, a J.S.N. propõe a formação de uma Comissão Administrativa composta por 4 elementos nomeados por ela e 3 elementos eleitos pelos trabalhadores.

Os 4 elementos (a maioria da Comissão Administrativa) nomeados pela J.S.N. são: Coronel Gualdino Maria Moura Pinto, Tenente-Coronel N. de Araújo Afonso, Tenente-Coronel Serafim José Franco de Almeida Reis e Tenente-Coronel Hugo Gonçalves Damásio.

Os 3 elementos eleitos pelos trabalhadores são: José Manuel Freire Bandeira Duarte Soares (comandante), Carlos Augusto das Neves Alves (operário da manutenção) e José Nunes Lourenço (empregado de escritório).

Mas como foram eleitos estes «representantes» dos trabalhadores? Em reunião convocada para o Coliseu e da qual muitos trabalhadores só tiveram conhecimento à última hora e pela Rádio. Por um processo de eleição que provocou o descontentamento de grande parte dos trabalhadores, pois a votação não resultou de uma discussão activa, mas sim do envio para a Mesa de um requerimento que exigia a imediata votação da lista apresentada.

A Comissão Administrativa que começou a funcionar no dia 8 de Maio, decidiu:

— reajustamento dos salários dos membros da dita Comissão, que passaram a ganhar cerca de 50 contos. Note-se que este reajustamento foi feito com urgência prevendo-se talvez o congelamento de salários!

— criação dum Conselho de Trabalhadores, propondo aos trabalhadores a eleição de 7 elementos por cada departamento.

### O Conselho de Trabalhadores — Órgão Consultivo da Comissão Administrativa

Imediatamente depois da criação do Conselho de Trabalhadores a Comissão Administrativa, pela voz do seu presidente, Coronel Moura Pinto, definia as suas funções e limitações. Alguns extractos dos seus discursos são elucidativos quanto a este aspecto e quanto à tentativa de desmobilização e amolecimento da classe trabalhadora da TAP:

«O Conselho de Trabalhadores, por estar ligado a uma função de organização geral da Companhia, fica directamente dependente do presidente da Comissão Administrativa...»

«O Conselho de Trabalhadores é um órgão consultivo da Comissão Administrativa...»

«...o Conselho de Trabalhadores não é o porta-voz, junto da Comissão Administrativa, dos anseios dos tra-

balhadores. Os anseios dos trabalhadores devem ser comunicados à Comissão Administrativa através dos órgãos de chefia que constituem a cadeia hierárquica da Companhia e serão resolvidos na medida que transitam pelos diversos escalões».

«...quer isto dizer que devemos todos trabalhar irmanados nos mais elevados ideais de colaboração franca, leal e sincera, uma colaboração em que não há lugar para ressentimentos de explorado, nem tiranias de explorador, mas em que prevalecem as boas normas que são timbre de pessoas educadas e civilizadas».

Por isto se verifica que o Conselho de Trabalhadores foi o «rebuçado» dado a estes na tentativa de os fazer acreditar que ele seria o seu órgão representativo, o defensor dos seus interesses.

Afinal o que vêm os trabalhadores da TAP?

Afinal que interesses defende a Comissão Administrativa?

O Conselho de Trabalhadores serve para fins consultivos, para ser ouvido quando a Comissão Administrativa ou o seu Presidente muito bem o entenderem.

Esta Comissão ao propor que todos trabalhem «irmanados nos mais elevados ideais de colaboração franca» propõe a colaboração de exploradores e explorados, de opressores e oprimidos na defesa dos interesses da Companhia e dos capitalistas.

Os trabalhadores sabem que não há possibilidade de entendimento (quanto mais de colaboração!) entre exploradores e explorados. Sabem que os seus interesses são opostos aos dos capitalistas que vivem à custa da exploração da classe operária e que tudo farão para que esta exploração continue.

Os trabalhadores sabem que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

## Apoiemos a luta dos operários da Sogantal

Continua a greve das operárias da fábrica SOGANTAL do Montijo. Num dos últimos comunicados distribuídos pelas operárias em luta pode ler-se:

«A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, e devido também à «docilidade» dos trabalhadores garantida por toda uma repressão que começando no local de trabalho se estendia até à bem conhecida acção das várias polícias. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, e em que o patronato se vê obrigado a pagar salários menos miseráveis, a LAMONT pretende encerrar as suas instalações em Portugal mostrando claramente que aqui apenas vinha buscar lucro fácil.

Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar esta situação. Não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploraram desenfreadamente não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações. É tempo de acabar com situações como esta. Portanto só duas soluções nos restam:

— Ou os capitalistas franceses da Lamont satisfazem as nossas reivindicações, nos pagam os salários que nos estão a dever e mantêm a fábrica aberta

— Ou então tem que nos ser garantido trabalho na fábrica onde agora trabalhamos ou em qualquer outra, e até lá têm que nos ser garantidos os nossos salários.

Para qualquer destas soluções é indispensável que o Governo Provisório e particularmente os Ministros do Trabalho, da Coordenação Económica e dos Assuntos Sociais assumam as suas responsabilidades para com a classe trabalhadora portuguesa. Desde já afirmamos a nossa disposição de lutar até final e não hesitaremos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras.»

Devemos apoiar a luta exemplar travada pelas operárias da SOGANTAL contra as prepotências do patronato. No sentido de divulgar a luta que conduzem, ao mesmo tempo que asseguram a recolha de fundos para a continuação dessa mesma luta, as trabalhadoras da SOGANTAL promovem vendas de fatos de treino fabricados por elas na fábrica ocupada. Estas vendas efectuem-se todos os dias às 10.30 horas no Sindicato dos Têxteis, Av. da Liberdade, 73-3.º, e também diariamente nos seguintes locais:

Cantina da Cidade Universitária  
Hospital de Santa Maria  
Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
Ateneu do Montijo  
Secção do Partido Socialista no Montijo  
M. E. S. — Avenida D. Carlos I  
146 Lisboa

A TODOS OS TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO

## ORGANIZEMOS A LUTA CONTRA A NOVA CENSURA

ASSEMBLEIA NA SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES  
DIA 28 ÀS 21.30 HORAS

O recente decreto da J.S.N. regulando o exercício da liberdade de expressão representa na verdade mais um atentado contra a democracia que o M.F.A. proclamava seu objectivo instaurar em Portugal. Não se trata senão de substituir a velha censura fascista por uma outra forma de censura, mascarada de «controle» no superior «interesse do bem comum».

O fascismo também exercia a sua censura, dizendo que o fazia apenas no «interesse nacional». Na esteira de actos repressivos que cada vez mais comprovam a contradição existente entre os objectivos democráticos apregoados e a actuação da J.S.N. e do Governo Provisório, o mesmo «interesse nacional» é invocado para amordaçar qualquer voz que venha a desagradar aos actuais detentores do poder.

Os trabalhadores dos meios de comunicação não podem ficar indiferentes a mais este atentado contra a total liberdade de informação a que as massas trabalhadoras têm direito.

Para que definam colectivamente as formas de actuação que a luta deve assumir perante o decreto, convocam-se todos os trabalhadores ligados aos meios de comunicação social (imprensa, rádio, TV, espectáculos, escritores, editores e livreiros) seja qual for o seu sector de trabalho, para a Assembleia acima convocada.

Nota: Circula desde alguns dias a esta parte, a circular acima transcrita. No momento em que fechamos a edição deste número de «Revolução», a circular já tem mais de 500 assinaturas de trabalhadores ligados aos meios de comunicação (jornalistas, tipógrafos, revisores, etc.).

A circular e a Assembleia que se realiza hoje na Sociedade Nacional de Belas Artes estão abertas a todos os trabalhadores ligados ao sector.

## TRABALHADORES RURAIS DO ALENTEJO EM LUTA

Continuação pág. 1

não se importavam de aumentar a jorna dos tractoristas porque estes são poucos e a ceifa dura pouco tempo.

Mas os patrões enganam-se quando pensam que enganam o povo.

### UM POR TODOS, TODOS POR UM

Perante estas manobras sujas dos patrões, os trabalhadores todos uniram-se e decidiram entregar aos patrões o seguinte caderno de reivindicações:

1 — Tractoristas... .. 200\$00  
Pessoal da ceifa  
Homens... .. 170\$00  
Mulheres ... .. 120\$00

2 — 40 horas de trabalho  
3 — Readmissão imediata do pessoal despedido e garantia de trabalho até ao fim da ceifa.

4 — Caso estas reivindicações não sejam aceites integralmente todo o pessoal paralisará o trabalho e ocupará as máquinas e os lugares de trabalho até verem satisfeitas as suas aspirações mais urgentes.

—o—

Conscientes de que somos fiéis seguidores do exemplo da nossa irmã

Catarina Eufémia lançamos um apelo a todos os outros camaradas trabalhadores rurais de Pias, Vale Vargo, Aldeia Nova, Sobral, Salvada, Quintos, Beringel, Pedrógão, e todas as aldeias deste tórrido e massacrado Alentejo que se juntem a nós neste combate pela defesa dos nossos interesses de classe. O mesmo apelo lançamos a todos os operários do país que sabem que os seus irmãos camponeses são os seus melhores aliados na luta sem tréguas contra os capitalistas.

Em cada aldeia vamos formar comités de trabalhadores.

AVANTE TRABALHADORES!  
UNIDOS VENCEREMOS!  
PÃO, PAZ E A TERRA  
PARA QUEM TRABALHA.  
VIVA O COMUNISMO!

CAMARADAS:

PROLETÁRIOS DA TERRA  
QUANDO TERMINAR A CEIFA  
A LUTA CONTINUA  
DUMA COISA PODEMOS  
ESTAR CERTOS:

O POVO VENCERÁ

VIVA O COMUNISMO  
LÊ E DISCUTE  
COM OS TEUS  
COMPANHEIROS  
DE TRABALHO

# É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



# MENSAGEM DA FRELIMO

Continuação pág. 3

tugal é governado por uma minoria de 27 famílias. Essas 27 famílias controlam todas as riquezas de Portugal e das colónias. Elas são donas das terras, das fábricas, das minas, do comércio. O resto, a quase totalidade do povo português vive na miséria. Não precisamos de dizer-te, tu sabes melhor do que nós. Camponeses trabalham em Portugal de sol a sol, e o que ganham não lhes chega para comprarem a broa. A família vive em palhotas, os filhos estão rotos e esfomeados, quando alguém adoece não há dinheiro para os remédios. E entretanto, esses grandes capitalistas vivem rodeados do maior luxo, têm vários carros para eles, para as mulheres, para os filhos, enviam os filhos para a Universidade para serem senhores Doutores e amanhã tomarem o lugar deles como gerentes, ministros, directores dos bancos. E não roubam e exploram só o povo português: eles estendem esse roubo aos nossos povos, a Moçambique, a Angola e a Guiné. E agora que os nossos povos decidiram dizer BASTA à opressão e exploração, eles enviam-te a ti, soldado português, para defenderes para eles as riquezas da nossa terra.

Porque de facto, o que é que tu lucras das riquezas de Moçambique? Nada, absolutamente nada. Os nossos minérios, das nossas culturas, do nosso petróleo, alguma vez recebeste algum? Não, são os grandes capitalistas que aproveitam. E eles não vão para a guerra, ficam em Lisboa ou em Lourenço Marques, em segurança, e mandam-te a ti para o mato onde a morte te espreita em cada arbusto, em cada esquina do caminho, em cada posto. Milhares de companheiros teus morrem já desta maneira — uma emboscada ou uma mina, sem glória, só para salvaguardar os interesses dos grandes capitalistas.

**SOLDADO PORTUGUÊS**, é tempo de reverter a tua posição. O colonialismo não vai durar muito, ele é condenado em todo o mundo. A própria Organização das Nações Unidas declarou já que o colonialismo português é um crime contra a humanidade. Muitos países criticam abertamente o governo português por causa da sua política colonial. São muitos os países e organizações internacionais que nos dão apoio moral e material. Assim, o desenvolvimento da nossa luta vai processar-se num ritmo mais acelerado. E se fores apanhado neste processo, nesta luta, serás morto pelos guerrilheiros da FRELIMO: e terás morrido para nada, nem sequer terás a glória de teres morrido heroicamente. Pois sabes que o teu governo preocupa-se mais com o material do que com as vidas humanas. Depois da ofensiva que lançou contra as zonas da FRELIMO, o ano passado quando foi forçado a retirar-se, o vosso comandante Kaulza de Arriaga declarou que «o pior foi o material, destruído, que custa muito dinheiro. Os soldados mortos podem substituir-se facilmente». Já vês em que estima os teus superiores te têm. É mesmo isso: para eles é pura e simplesmente carne de canhão, e instrumento menos valioso do que uma G-3 ou um carro.

**SOLDADO PORTUGUÊS**, nós não queremos influenciar-te a tomares uma decisão. Tu és homem, tens consciência, tens capacidade para fazeres os teus próprios julgamentos. Se achas que estás a fazer bem

fazendo a guerra, assassinando o nosso povo, então continua. Mas se, segundo a razão e a justiça, compreendes que a luta que estás a travar é injusta e imoral, e queres pôr termo a ela, então deserta para o nosso lado. Já vários soldados portugueses desertaram e acolheram-se à protecção da FRELIMO. Por exemplo, LUÍS MACHIAL, AMÉRICO NEVES DE SOUSA, MANUEL JESUS SANTOS, MANUEL DA SILVA LOPES, EUSÉBIO MARTINHO DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DA MATA, JOSÉ AUGUSTO LOPES. Dois outros renderam-se durante um combate, JOÃO BORGES GOMES e FERNANDO DOS SANTOS ROSA. Foram todos confiados pela FRELIMO à Cruz Vermelha Internacional, que os tomou ao seu cuidado. A maior parte quis ir para França ou Argélia trabalhar e estão lá hoje, livres da guerra trabalhando em paz. Só um soldado foi feito prisioneiro pela FRELIMO num ataque ao posto de Nambude em Cabo Delgado, JOÃO BORGES GOMES, preferiu voltar para Portugal; ele foi ferido e rendeu-se durante o ataque, os guerrilheiros trouxeram-no para as nossas zonas, trataram-no e, quando foi entregue à Cruz Vermelha, disse que queria voltar para Portugal. Foi-lhe feita a vontade mas depois de voltar para Portugal, não mais ouvimos falar dele.

É esta a nossa política: acolher como nossos irmãos, como nossos aliados, os soldados portugueses que desertam e que, por esse acto, mostram opor-se à política colonial contra o nosso povo.

**SOLDADO PORTUGUÊS**, é possível, é natural, que tenhas dúvidas, hesitações em dares esse passo decisivo para a tua liberdade. Nós sabemos a propaganda que os oficiais portugueses espalham entre os soldados — dizem-te que todo o soldado português apanhado pela FRELIMO é morto, torturado, dizem-te que somos terroristas, assassinos, e outras coisas semelhantes. Mas fica certo disto: os únicos que massacram, torturam, assassinam, são as autoridades colonialistas portuguesas, ou os soldados por ordem das autoridades. NUNCA nós maltratamos um soldado que deserta ou se rende ou mesmo um prisioneiro. Numa reunião com o povo, há poucas semanas, o presidente da FRELIMO disse: «se algum de vocês maltratasse um soldado português que desertou ou se rendeu, isso seria um crime tão grande como matar ou maltratar um camarada, um irmão vosso.» Também nós nunca definimos o inimigo pela cor da pele, ou pela origem ou nacionalidade. Há pretos que lutam contra nós ao lado dos colonialistas. A cor da pele, portanto, não pode ser critério para a definição do inimigo.

Isto quer dizer que todos os receios que possas ter são absolutamente infundados. A nossa orientação é profundamente humana e justa. Todos os soldados portugueses que desertarem da tropa colonial, ou se renderem, serão bem-vindos à FRELIMO.»

**A FRELIMO VENCERÁ!**

# EM QUE DATA ESTAMOS?

As cerimónias repetem-se, as personagens são idênticas, a linguagem é similar. O passado e o presente identificam-se.

Referimo-nos ao acto de tomada de posse do novo presidente da Cruz Vermelha Portuguesa — brigadeiro Armando Girão — ao qual presidiu o ministro da Defesa, e que teve a participação do ministro do Equipamento Social e Ambiente, e de algumas figuras bem conhecidas do anterior regime fascista, pertencentes à Cruz Vermelha Portuguesa e não só, como sejam a Sr.<sup>a</sup> Pitta e Cunha.

À desmistificação da actuação da organização, ao esclarecimento do que foi a sua actividade, que interesses serviu, substituiu-se o discurso louvaminha, os votos de agradecimento, o reconhecimento e confiança na prossecução da sua actividade.

Enalteceu o sr. ministro a «relevante» acção prestada à «comunidade» pela secção feminina durante os últimos anos. Mas que acção sr. ministro? A dos frequentes peditórios com que assediavam a população, quando as senhoras da dita organização decidiam vir para a rua e armar à caridadezinha, ou a exis-

tência e manutenção de uma casa de saúde a que apenas um pequeno estrato social tem acesso e que é das mais caras do País?

Quanto aos «altos e humanitários» objectivos prosseguidos pela organização, cabe perguntar às beneméritas senhoras se ignoravam a opressão, a repressão a que estavam sujeitos o povo português, os povos de Angola, Guiné e Cabo Verde, Moçambique. Se ignoravam as cadeias portuguesas onde centenas de presos políticos se encontravam encarcerados e sujeitos às mais variadas injustiças e prepotências, às mais refinadas torturas. Se ignoravam os campos de concentração do Tarrafal, de Machava e outros, e a brutalidade e violência que se exerciam sobre esses presos; os massacres levados a cabo de uma forma sistemática junto das populações pelas tropas portuguesas a partir de ordens das autoridades militares e que algumas equipas missionárias têm denunciado publicamente — os massacres de Mucumbura, de Wiriya, de Inhanga e tantos outros.

Parece evidente que de ignorância não se tratava, mas antes de cumpli-

## A L. U. A. R. AO LADO DOS TRABALHADORES

Continuação pág. 3

empresas as suas importantes margens de lucros que de 1971 a 1973 registaram o aumento seguinte para as que apontamos como exemplo:

	(lucros + provisões em contos)		
	1971	1973	% Aumento
C. U. F. ....	53 616	158 986	196
Siderurgia (Champalimaud).....	56 657	436 764	671
B. Português do Atlântico .....	202 079	361 179	79
B. Alentejo (grupo B. & Irmão) ....	9 572	42 846	348

se Portugal não estivesse, cada vez mais, dominado pelos capitais estrangeiros (entre 1971 e 1973 quer como participação social quer como empréstimos, aumentaram de 73% passando de 1,5 para 2,7 milhões de contos) os quais são investidos nos sectores mais rentáveis, contribuindo assim para o desequilíbrio da economia nacional: enquanto que na agricultura diminuíram de 44%, aumentaram de 85,4% nos serviços (hotéis, etc.), 68% no comércio, Bancos, Seguros e operações sobre imóveis, e só 34% nas indústrias transformadoras sector fundamental ao desenvolvimento do país; se os fenomenais lucros desses capitais não saíssem do país, até por meios fraudulentos, e fossem ao menos reinvestidos; se, finalmente e simplesmente, a propriedade dos meios de produção passasse das mãos das trinta e quatro famílias portuguesas e dos estrangeiros, para as mãos da grande maioria explorada.

### 2 — A POSSIBILIDADE DE REACÇÃO

Por tudo isto, o perigo de reacção não se encontra nem na luta da classe trabalhadora nem na actividade da ainda fraca esquerda revolucionária.

A possibilidade de reacção existe:

— Na manutenção das estruturas sociais e económicas geradoras do fascismo e que continuam a corresponder aos interesses de certas camadas da burguesia;

— Na ainda existência de órgãos de repressão do anterior regime e de legionários, «pides» e informadores, não abrangidos pelo anunciado «saneamento»;

trabalhadora nem o fortalecimento da esquerda revolucionária.

Deste modo, a neutralização da possível e provável investida reaccionária, só é possível, precisamente, graças à organização dos trabalhadores nas fábricas, nos campos, nas oficinas e nos escritórios, ao desenvolvimento da sua luta e à consolidação da vanguarda revolucionária.

### 3 — A GREVE COMO ARMA

A classe trabalhadora não precisou que os governos burgueses lhe reconhecessem o direito à greve, para o obter e exercer de facto no decurso da luta pela sua emancipação. Mas agora, reconhecido de novo em Portugal, **de jure**, esse direito, é curioso como as diversas forças reunidas no poder, tentam recusá-lo pela subtilidade dos argumentos desmobilizadores que focámos atrás e, certamente, em breve pela força da lei ou simplesmente policial.

Porém, a greve não é só uma arma de combate nas mãos dos trabalhadores, mas também o exercício na prática do poder futuro, um meio de organização e consciencialização na luta, representa, digamos, a manobra preparatória da transferência socialista da propriedade.

Pela greve os trabalhadores mostram que os patrões só não põem fábricas a funcionar nem campos a produzir. Pela ocupação dos locais de trabalho contesta-se a apropriação dos meios de produção pela burguesia dominante. Pela autogestão de combate, demonstra-se a capacidade dos trabalhadores para assumirem a admi-

cidade. De cumplicidade, através do silenciamento de toda uma estrutura repressiva, de toda a violência exercida sobre um povo, através do exercício de uma actividade pseudocaritativa que não é mais que uma pura mistificação.

### COMISSÕES DE BASE SOCIALISTAS

SEDE: Rua da Rosa, 188-2.º esq.

As CBS são um movimento unitário que agrupa militantes de vários partidos e outros que não pertencem a nenhuma organização partidária. Formou-se em Junho de 1973, após a cisão da CDE.

As CBS existiam, portanto, muito antes do 25 de Abril. Sairam do número do seu jornal — «LUTAR PELO SOCIALISMO» — sete na clandestinidade e um na legalidade.

Muitos dos seus militantes têm longos anos de luta durante o tempo do fascismo. No entanto, não lhes foi concedida sede pelo Governo Provisório. A sede da Rua da Rosa é, portanto, alugada pelas próprias CBS.

nistração do país. De tudo isto e da violência de massas nascerá a revolução socialista.

Se a experiência da democracia burguesa actualmente esboçada se prolongar suficientemente, não duvidamos que pela evolução natural das coisas os sindicatos se tornarão, como na maioria dos países capitalistas onde o reformismo impera, instituições burocratizadas necessárias à existência do sistema capitalista, órgãos de controlo dos trabalhadores e de nivelamento das contradições nascidas da luta de classes.

Mas há que evitar que isto aconteça, assim, a organização da luta da classe trabalhadora tem de assentar na base, em comissões de fábrica, de oficina, de escritório que representem e defendam os seus reais interesses, criando as infraestruturas do futuro poder operário.

Numa terminologia conhecida chamam-se de selvagens as greves desencadeadas pelos trabalhadores ultrapassando as directivas e o controlo dos órgãos políticos e sindicais. Mas os trabalhadores não precisam de pedir autorização a ninguém nem a nenhum partido para lutar. Os trabalhadores só podem contar consigo mesmos no combate contra os patrões. O desejo social-democrata e burguês de uma utópica harmonia entre as classes, significa a vontade de manter o domínio do Capital.

**A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES!**

Junho de 1974.

L. U. A. R.





## POR OCASIÃO DO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA FRELIMO

# TEXTOS POLÍTICOS DO CAMARADA SAMORA MACHEL

O dia 25 de Junho de 1962 constitui uma data importante para o povo moçambicano: nesse dia foi fundada a FRELIMO, que apresentava já um programa concreto de luta contra o colonialismo português e o imperialismo. A partir dessa data se estruturou o programa para a luta que devia levar o povo de Moçambique à conquista da sua independência nacional.

Dois anos mais tarde, em 25 de Setembro de 1964, a FRELIMO realizava a primeira acção no norte do país, desencadeando a luta armada que se foi generalizando e agora atinge os pontos vitais de Moçambique, desde Cabo Delgado a Manica e Sofala, do Niassa a Tete.

A luta da FRELIMO não é apenas uma luta armada, é também uma luta política. O seu combate não é contra o povo português, mas sim contra o colonialismo e o imperialismo. Por isso o povo de Moçambique e o povo de Portugal são aliados na luta contra os inimigos comuns.

Assinalando a passagem de mais um aniversário da fundação da FRELIMO, o jornal «Revolução» publica alguns textos políticos da FRELIMO e declarações do seu Presidente, camarada Samora Machel, dando assim a conhecer o conteúdo político da luta armada que se desenvolve em Moçambique no sentido de uma independência económica e política do país.

## ASPECTOS DA VIDA NAS ZONAS LIBERTADAS

Em regiões extensas do nosso país a dominação colonial já não se faz sentir. Nessas regiões o povo moçambicano vive uma vida livre, produzindo para o seu benefício e não para os exploradores, participando activamente na solução de problemas da comunidade. Escolas foram criadas para combater o analfabetismo em que o colonialismo mantinha o povo moçambicano para o melhor dominar, hospitais e centros sanitários ajudam a combater as doenças e epidemias que no passado dizimavam milhares de moçambicanos. A personalidade moçambicana afirma-se plenamente, baseada no desenvolvimento das tradições sãs do povo moçambicano. Uma vida nova existe nestas regiões onde os vícios do colonialismo, do individualismo, da ambição, da corrupção são banidos.

Ao mesmo tempo o povo moçambicano afirma a sua personalidade política e jurídica no plano internacional. Em todo o mundo países, governos, organizações regionais e internacionais não só na África mas também na Ásia, na América Latina e na Europa reconhecem em número crescente na FRELIMO o representante autêntico do povo moçambicano e condenam o governo português pela sua política colonialista retrógrada. O reforço dos laços de fraternidade combatente com os povos do mundo em luta insere-se no combate exaltante dos povos de todo o mundo contra o colonialismo e o imperialismo.

Mas ao salientarmos o que conseguimos até agora, os progressos enormes que realizamos nos últimos dez anos da nossa história, não podemos deixar de lembrar que a batalha ainda não está ganha. O dia 25 de Junho de 1962 representa uma data importante no processo de liquidação do colonialismo e consolidação da nossa unidade. Mas importa reforçar essa unidade cada vez mais para poder dar um novo impulso na realização das tarefas que ainda temos de enfrentar. Efectivamente em muitas áreas do nosso país o povo continua submetido à opressão colonial e exploração das companhias estrangeiras, ao trabalho forçado, aos impostos, às prisões.

É necessário por isso reforçar o nosso combate, estender as zonas libertadas para que o nosso povo em cada vez maior número possa beneficiar da vida de Moçambique livre. Às populações e aos combatentes das zonas libertadas cabe desenvolver cada vez mais essas regiões, para que elas se possam tornar

as verdadeiras bases de apoio para a extensão contínua da nossa luta. Para isso é necessário desenvolver na prática o espírito de auto abastecimento, aumentado o nosso esforço e a nossa capacidade produtiva. As zonas libertadas devem ser também uma grande escola em que todos, jovens e velhos, mulheres e homens, se esforçam por aprender cada vez mais, para melhor compreenderem a nossa política e a situação internacional e assim poderem dar uma contribuição cada vez maior à nossa luta.

As forças armadas devem sempre ter em mente que elas são uma emanção do povo, e que a sua força provém dos laços estreitos que elas souberem manter com as massas populares. No processo da luta é às forças armadas que cabe a gloriosa tarefa de defender intransigentemente os interesses do povo, força essencial e objectivo do nosso combate.

É a unidade a base das nossas vitórias, é pelo reforço da nossa unidade que nós poderemos levar a nossa luta a alcançar sucessos cada vez maiores. Torna-se por isso necessário intensificar a vigilância contra as manobras que o inimigo procura desesperadamente levar a cabo, num esforço vão para conter o desenvolvimento da nossa luta.

## O NOSSO COMBATE NÃO É CONTRA O POVO PORTUGUÊS

O nosso combate não se dirige contra o povo português nem contra nenhum povo, qualquer que seja a cor da sua pele. O nosso combate visa a liquidação completa do sistema colonial e de todos os seus vestígios.

Por esta razão, a FRELIMO renova o seu apelo aos soldados portugueses do exército colonial para que cessem de ser instrumentos do sistema de dominação que os oprime no seu próprio país, e que recusem participar numa guerra criminosa contra as legítimas aspirações do povo moçambicano à independência. (...)

Durante muito tempo uma cortina pesada de mentiras colonialistas camuflava a situação em Moçambique. Hoje, porque o combate se desenrola em zonas relativamente desenvolvidas, em que os interesses imperialistas são importantes, onde estão focados os olhos dos estrangeiros, Portugal, muito contra a sua vontade, é obrigado a revelar

uma parte da verdade, ainda que mínima e deturpada.

Esta atitude do inimigo mostra que os camaradas têm sabido definir os alvos, atingindo os pontos sensíveis do inimigo. Quando se é atingido na boca do estômago, por muito que se queira, pelo menos é obrigado a gemer. Os gemidos colonialistas começam a serem ouvidos.

No entanto a importância da zona é dada sobretudo pelos interesses dos imperialistas que aí se encontram, ou se preparavam para aí instalarem-se. Por outro lado a situação geográfica da Província e em particular do teu sector, fazem dele uma zona natural de passagem para o sul do nosso país e uma zona de protecção para os regimes racistas vizinhos.

A zona aparece pois, como um centro do conflito entre nós e o imperialismo, uma zona estratégica de desdobramento das forças.

É esta situação, aliada aos fracassos crescentes das tropas portuguesas, incapazes de assegurarem a segurança rodoviária e ferroviária das ligações internacionais, incapazes de protegerem a continuação da exploração económica imperialista, que explicam as recentes disposições destinadas a intensificarem a agressão internacional contra o nosso povo.

Para ganharmos a batalha em curso, para consolidarmos as vitórias obtidas, necessitamos de aplicar criadoramente, sem relaxamento, os nossos princípios.

## MANIFESTAÇÕES ANTICOLONIALISTAS NA HOLANDA

Realizou-se no dia 21 em Roterão (Holanda) uma manifestação organizada pelo Angola-Comité. Participaram algumas dezenas de manifestantes entre os quais muitos trabalhadores cabo-verdeanos e portugueses.

O Governo português quer que os imigrados naquele país, onde a social-democracia está no poder (Den Uyl, primeiro ministro, é companheiro de Mários Soares na II Internacional ao lado do Sr.ª Golda Meir e outros chefes sociais-democratas).

Os manifestantes exigiam o direito à Independência imediata de Angola e Moçambique e pelo reconhecimento da República da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

No tempo em que Marcelo Caetano estava no poder, as manifestações do género decorriam «pacificamente». Mas desta vez, a policia carregou brutalmente sobre os manifestantes e prendeu três. Esta acção repressiva da policia holandesa deve-se ao facto de Den Uyl não querer estragar os arranjos neocolonialistas de Mário Soares e do governo que representa.

Durante a manifestação foi distribuído um comunicado em português onde se afirma:

«Depois de 10 anos de derrameamento de sangue desnecessário, existe actualmente em Portugal um novo governo no poder, o qual compreende que esta guerra não pode ser ganha por meios militares. Mas também este governo recusa por definitivo ao colonialismo português?»

A influência portuguesa em África



Samora Machel, Presidente da FRELIMO

É reforçando a nossa unidade e definindo correctamente os objectivos do nosso combate contra a dominação colonial-imperialista e contra a exploração do homem pelo homem que poderemos assestar as nossas armas contra o inimigo verdadeiro.

## APRENDER COMBATENDO

A linha política da FRELIMO, penetra no sangue, e nos nervos de cada combatente, faz parte integrante da nossa vida, os nossos métodos de trabalho tornam-se mais democráticos, mais colectivos, levando assim todo a cada um, a sentirem-se responsáveis pela vida da Organização, pela vida das massas. Onde, a consolidação das estruturas nas zonas libertadas, a partir do círculo. Cada elemento do nosso

Povo sentindo-se uma célula inseparável do corpo da FRELIMO, realiza uma tarefa precisa, que ele assume como necessária para o progresso comum. É esta estruturação das massas que torna operativa a unidade do nosso Povo e a sua consciência.

É por esta razão que hoje em dia, mesmo quando o inimigo consegue invadir uma zona livre, recorrendo a uma concentração brutal de forças, em pouco tempo é obrigado a retirar-se, a fugir, tendo sofrido baixas pesadas, que lhe foram infligidas pela população organizada.

Assim se reforça a nossa unidade: enraizada na experiência comum de sofrimento, na miséria dos salários, na fome criada pelas culturas forçadas, pela venda dos trabalhadores às minas da África do Sul e às plantações de tabaco da Rodésia, no ódio suscitado pela rapina de terras e gado, na experiência do chicote e palmatória, na machila, na humilhação da caderneta. Alimentada pela nossa linha política justa, cresce a unidade, a volta dos objectivos claros da nossa luta, dos ideais que servem os interesses das largas massas trabalhadoras. Unidade temperada pelos nossos combatentes: o combate colectivo numa produção a favor do Povo: o combate colectivo do estudo que derruba a ignorância, liberta a inteligência e iniciativa, serve o Povo; o combate colectivo que liberta a terra e os homens, contra a máquina de guerra colonial-imperialista; o combate colectivo contra as ideias erradas do passado, que nos subjuguavam e impediam de construirmos nós mesmos o nosso destino. (...)

A todos os moçambicanos compete neste momento reforçar a unidade, consolidar a consciência nacional e aprofundar os objectivos do nosso combate.

Devemos para isso fazer um combate constante contra todas as manifestações de tribalismo de regionalismo e racismo, que são minas colocadas pelo inimigo no nosso seio.

Devemos para isso procurar conhecer profundamente o nosso país, procurando conhecer outras regiões, convivendo com elementos originários de outras zonas, combatendo qualquer sentimento de superioridade ou inferioridade no nosso seio, a fim de podermos conhecer-nos mutuamente, e mutuamente fundir as nossas tradições, conhecimentos e experiências num tronco comum.

Tivemos vitórias porque houve camaradas que deram com generosidade o seu sacrifício e seu sangue. Ao morrerem, eles confiaram-nos a bandeira para que a levemos mais adiante, onde milhões de homens, ansiosamente, aguardam que chegue o fogo da liberdade.

Saibamos corresponder à esperança e confiança que o povo deposita em nós.





# Por uma Autonomia Cultural da Biblioteca Municipal do Barreiro

Um grupo de frequentadores da Biblioteca Municipal do Barreiro resolveu elaborar um projecto de estatutos que regularão o funcionamento da Biblioteca. Este grupo está a pôr o projecto à consideração dos frequentadores e de toda a população interessada, em reuniões que se têm estado a efectuar.

Como primeira fase do projecto apresentado pretende-se que não aconteça como até agora, em que a compra de obras tinha de ser aprovada pelo Presidente da Câmara, que podia impunemente, exercer qualquer tipo de censura ou de pressão ideológica, mas sim que sejam os próprios frequentadores que decidam quais as obras que serão compradas. Para isto pretende-se que a verba anual, que desde a existência da B. M. B., a Câmara destina à compra de livros, seja gerida pelos frequentadores segundo uma forma democrática, pois são estes que têm um contacto permanente com os problemas e os que realmente se podem pronunciar sobre as carências da biblioteca.

Logo que estejam reorganizados os serviços de consulta de livros dá-se a entrada, imediatamente, numa segunda fase em que se pretende criar condições para que a biblioteca não sirva apenas uma massa estudantil, mas que possa estar ao serviço de toda a população, especialmente das classes trabalhadoras. Nesta segunda fase serão organizadas toda uma série

de actividades, que não se limitarão a uma simples consulta de livros e revistas, mas em que se desenvolverá um trabalho cultural por meio de cursos para o ensino primário e secundário gratuitos, conferências, exposições, filmes, etc., com vista à elevação do nível cultural das classes trabalhadoras do Barreiro.

Todo o trabalho desenvolvido de agora em diante, sê-lo-á por grupos de trabalho que se formarão livremente sem estarem submetidos a qualquer coacção, portanto esse trabalho não será submetido a qualquer tipo de orientação ideológica e possibilitará pela confrontação de ideias uma verdadeira formação cultural da população do concelho.

POR UMA CULTURA POPULAR!

# CARTA ABERTA AO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

Lemos nalguns jornais do passado dia 19 um texto dirigido pelo Movimento da Esquerda Socialista ao Movimento das Forças Armadas, em que são postas questões fundamentais a propósito de todo o mistério que tem envolvido recentemente este Movimento e a sua força real, as suas eventuais tomadas de posição no momento actual e, nomeadamente, o silêncio total sobre a anunciada reunião que teve com a Junta de Salvação Nacional e alguns elementos do Governo Provisório.

Porque o texto nos parece importante e as suas posições correctas, porque nos têm parecido também importantes e correctos — mesmo não podendo estar evidentemente de acordo com tudo o que tem sido afirmado — outros comunicados já publicados, porque continuamos a reconhecer através destas posições correctas que o MES tem tido, a correcção de alguns

camaradas que conhecemos de comuns no passado, mas também porque continuamos a ver que o MES não conseguiu até à data libertar-se de ambiguidades graves em alianças públicas com o MDP e os partidos reformistas que estão no poder, perguntamos:

— Não percebem os militantes do MES que não podem vir a todas? Que não têm o direito de enganar até o simples leitor dos jornais diários que verifica que um seu militante afirma (em colóquio realizado no Centro José Estêvão, em Lisboa) que apenas «divergências organizativas e técnicas»(?)... separam o MES do PCP, depois de o mesmo leitor ter lido dias antes um comunicado do mesmo MES denunciando aqueles que atribuem à «extrema esquerda» a responsabilidade de determinadas situações sócio-económicas do

is (e esses continuam a ser sobretudo o PCP embora o MES não o diga...)? O MES só difere do PCP em questões «organizativas e técnicas»?

Admitamos que esta afirmação foi feita por um único militante e mesmo que o jornal diário em que a lemos a transcreveu mal.

Mas o PCP «namora» o MES no último comunicado emitido pelo seu Comité Central, referindo-se expressamente como um dos partidos com que está disposto a colaborar (o único que refere para além dos que estão no poder). O MES aceita o namoro? Aceita colaborar expressa e publicamente com aqueles que silenciam tendenciosamente a repressão no Largo da Estrela e a prisão de Saldanha Sanches?

— O MES — que tem tantos católicos e ex-católicos progressistas — aceita que o PCP venha aprovar a interrupção da transmissão pela TV do espectáculo do Mercado da Primavera, no dia 10 de Junho, falando de respeito pelos sentimentos religiosos?

— O MES aceita a posição do PCP, do PSP e do MDP sobre as greves? O MES acha que o fundamental nesta hora é consolidar as liberdades democráticas?

— Se não, porque é que o MES está no MDP?

— Se sim, porque é que o MES não está no Governo?

Militantes responsáveis do MES (fundadores ou cofundadores) estão em Comissões oficiais e vão em missões ainda mais oficiais como mandatários do actual Governo Provisório. Reptimos: porque é que o MES não está no Governo? Porque não aceitou uma ou outra secretaria de Estado? Porque não foi convidado? — Pouco provável.

— Consideram-se os militantes do MES os novos «liberais», substitutos históricos de Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Leite... (um pouco mais à esquerda porque o centro se deslocou, mas fora do Governo), que só não são agora a nova ala liberal da Assembleia Nacional porque esta não existe? Quer o MES ser o novo centro, invocando a necessidade de preencher um suposto espaço próprio (quem não tem neste momento o seu espaço próprio...), que nunca ninguém tinha inventado, entre reformistas e revolucionários? Quer o MES ser o novo centro-esquerda respeitável?

Não está em causa o que o MES possa fazer neste momento e não seja do domínio público. Está-o, sim, a imagem que pretende dar de si próprio: o MES aparece como querendo impor-se com conteúdos de esquerda e alianças de direita (o que normalmente é mau sinal).

É nesta ambiguidade que não reconhecemos alguns camaradas militantes do MES (infelizmente, reconhecemos outros...). É ela que é inaceitável. É ela que o tempo fará desaparecer — para um lado ou para outro.

*Sim senhor, disse e repito são uma cambada de reformistas. Não é agora lá com essa tal lei de censura que vocês ou eles me vão calar a boca. Fazer. O que tenho para dizer, ninguém me impedirá de dizer aos meus camaradas de trabalho. Isso é bom para os que só começaram a falar, a lutar, depois do 25. Os tais «democratas» do 25. Eu já vim de longe e não é agora que me vão meter a rolha na boca.*

*A verdade foi como eu acabei de lhe dizer. Aqui foi a mal. Lá toda que decidiu tudo. E não venham caluniar os trabalhadores, dizendo que fomos manobrados. Pensam que somos estúpidos, ou quê? A manobra andam aí agora a fazer os grupos reformistas a tentar convencer a malta a dar um dia de trabalho para ajudar o governo.*

*Pergunte lá senhor locutor na sua televisãozinha se já apodou o Alê e o Blampaliman a entregar uns tantos por cento está, porque em minha casa mesmo com o aumento não o encontram. E ali' lhe digo não é com a história das eleições que me convence. Si' sim agora não é legal? O 25 foi legal? Histórias para enganar maninhos e lhes papam o pão...*

*Ven para casa João Bole não percas tempo com paleios, olha que ainda metes o homem na cadeia, lá por ter um fato novo e gravata io pontinhos, de certeza que não tem os 500 contos para pagar a multa.*



## AINDA OS C.T.T.

No dia 19 de Junho num local dum diário da tarde, um artigo sobre a greve dos Correios, assinado por Mário Vieira de Carvalho, termina com o seguinte parágrafo: «Cuidado com a impaciência! Cuidado com a intransigência!» Trata-se portanto duma insinuação grosseira de que a greve dos C.T.T. foi manipulada pela CIA.

Ora, que saibamos, a greve dos C.T.T. foi dirigida pelos trabalhadores, organizada por eles em assembleias, as quais mandataram as comissões eleitas, entre elas a Comissão Pró-Sindical. Onde está a C.I.A. em tudo isto? Estará infiltrada na cabeça de cada um dos trabalhadores ao elegerem estas comissões, estará na cabeça de cada um quando vota a greve?

Ou estará onde costuma estar, instalada nos Ritz, nos meios da alta finança, da diplomacia, da informação e da alta política?

Mas o sr. Mário Vieira de Carvalho que o diz é porque sabe! Não queremos acreditar que vá assim pôr em causa milhares de trabalhadores em luta, sem ter provas do que afirma. Não se passa por cima de todo um grupo profissional, rotulando-o, sem estar bem fundamentado.

Portanto, se o diz que o prove! Para se dizerem tais coisas têm que se dar provas. Dizê-lo, insinuá-lo, sem o provar, é uma calúnia torpe, uma falta de respeito pelas massas trabalhadoras, é mais uma mania da burguesia que delega nos seus floridos literatos pequeno-burgueses a defesa ideológica da ordem e do progresso dentro do sistema.

LÊ, ASSINA E DIVULGA REVOLUÇÃO